

Compras até US\$ 50 serão taxada em 20%

DI FRASLIIA

Após um acordo entre o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os deputados determinaram ontem uma taxa de 20% de imposto de importação sobre as compras internacionais de até US\$ 50.

A medida passou no projeto de lei que regulamenta o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), que foi aprovado no plenário e irá para o Senado após a análise de destaques (tentativas de mudanças no texto-base). Após semanas de impasse, a votação foi simbólica, como uma forma de os parlamentares não se comprometerem com um tema polêmico.

A alíquota de 20% sobre o e-commerce estrangeiro, que afeta sites asiáticos como Shein e Shopee, é um meio-termo e substituiu a ideia inicial de aplicar uma cobrança de 60% sobre mercadorias que vêm do exterior e custam até US\$ 50. O percentual será de 60% para produtos mais caros. Além disso, há um limite de



Fábrica de roupas em Ho Chi Minh, Vietnã, um dos polos produtores dos sites das chamadas 'comprinhas'

US\$ 3 mil para as remessas, segundo o parecer do relator, o deputado Átila Lira (PP-PI).

A taxa das chamadas 'comprinhas' é uma demanda do setor varejista nacional, que vê competição desleal com a isenção às empresas estrangeiras, já que hoje é cobrado apenas 17% de ICMS sobre o e-commerce

internacional. A medida recebeu o apoio de Lira. O PT, contudo, tinha receio de que a medida impactasse negativamente na popularidade de Lula. O PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, também se posicionou inicialmente contrário à taxa.

Para fechar o acordo, Lira foi ao Palácio do Planalto

conversar pessoalmente com Lula nesta terça-feira. Na ocasião, o presidente da Câmara defendeu a taxa, enquanto o petista apresentou os argumentos para vetá-la. A proposta inicial de meio-termo foi estabelecer uma alíquota de 25% de imposto de importação. O Planalto afirmou que, com esse percentual, o

presidente da República ainda vetaria a medida. O acordo, então, foi fechado em 20%.

Para se contrapor ao argumento de que a medida é impopular, Lira citou uma pesquisa segundo a qual a maioria dos consumidores de sites asiáticos que serão atingidos com o fim da isenção são de classe alta.

As varejistas e empresas do setor têxtil nacional elaboraram até um manifesto em apoio à medida. Nos bastidores, as companhias brasileiras ameaçaram até deslocar sua produção para o Paraguai caso as plataformas estrangeiras não sejam taxadas.

Em abril de 2023, o Ministério da Fazenda chegou a anunciar o fim da isenção do imposto de importação para transações entre pessoas físicas, usada pelas plataformas internacionais para não pagar tributos. No entanto, o Palácio do Planalto recuou na decisão, após repercussão negativa nas redes sociais e apelo da primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja. (EC)

Mover visa incentivar veículos limpos

■ O Mover prevê R\$ 19,3 bilhões em incentivos fiscais até 2028 para o setor automotivo investir em veículos mais limpos, com objetivo de descarbonizar a frota, e produzir novas tecnologias nas áreas de mobilidade e logística. Algumas montadoras, como a Toyota, já anunciaram investimentos no País com base nos benefícios.

"É uma política acertada porque prioriza a produção local", disse o diretor da Toyota no Brasil, Rafael Ceconello.

O programa, que substitui o antigo Rota 2030, é uma das bandeiras do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, comandado pelo vice-presidente Geraldo Alckmin. No Orçamento deste ano, há R\$ 3,5 bilhões para os benefícios. O projeto de lei ainda precisa ser aprovado no Senado e sancionado por Lula para garantir a continuidade do Mover. (EC)